



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000761-66.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica com o objeto de aquisição de bens permanentes - Equipamentos Médicos e Hospitalares, para suprir a demanda deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

DESPACHO Nº 806 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Assistência Médica e Social - SAMES (1001165), objetivando a aquisição de bens permanentes - Equipamentos Médicos e Hospitalares com o fito de atender as demandas de atendimento direto aos beneficiários do PAMS por meio do **Sistema de Dispensa Eletrônica**, conforme previsto no art. 3º do art. 75, da [Lei 14.133/2021](#), regulamentado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME.

O Secretário da SAOFC, mediante Despacho n. 850/2023 (1001586), concluiu que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD (1001174), a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º ao art. 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo a unidade demandante, para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Carreou-se a informação conclusiva sobre o valor estimado (1001977) e versão final do Termo de Referência (0987829), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 19.440,00** (dezenove mil quatrocentos e quarenta reais), valor obtido a partir de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados no formulário de evento n. 1001977.

Os autos foram remetidos à SAC, para análise do Termo de Referência, COFC para programação orçamentária e à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico (1003018).

A SPOF juntou Programação Orçamentária (1003264) no valor de R\$ 19.440,00 (dezenove mil quatrocentos e quarenta reais) para custear a despesa, contendo ainda a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

A SAC, após análise formal, atestou que o **TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 1/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES** (1009392) - complementado pela Informação Conclusiva (1001977) e demais elementos contidos no processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, entre outros, pelos arts. 72 e 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 e no art. 2º c/c art. 26, inciso IV, ambos da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, podendo a contratação de seu objeto ser processada por dispensa de licitação, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, no tipo menor preço (1011044).

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 106/2023 (1011861), opinou pela possibilidade da contratação pretendida por meio de Dispensa Eletrônica, nos termos disciplinados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

Autorizada a Dispensa Eletrônica pelo titular da SAOFC (1013023), a ASLIC deu continuidade da tramitação do feito, com a operacionalização da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica no PNCP, no sistema comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal (1015830), julgamento das propostas (1018268) e juntada dos documentos relativos a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista da melhor proponente para o item 2 (**Poltrona Massageadora**), empresa JB Licitações LTDA, CNPJ n. 48.489.837/0001-72 (1020625), registrando-se que para o item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**) restou fracassado.

Juntou-se aos autos Relatório de propostas (1020626) e relatório da ASLIC (1020629) certificando as principais ocorrências do certame.

Instada a se manifestar acerca do procedimento da dispensa eletrônica, a assessoria jurídica da SAOFC atestou a regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, manifestando-se pela possibilidade da adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. 25/2023 (1015822) à empresa JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72, menor preço para o item 2 (**Poltrona Massageadora**), registrando o fracasso do procedimento para o item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**) e necessidade da unidade demandante avaliar a adoção de medidas previstas no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 (0917187).

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC manifestou-se pela aprovação dos elementos constitutivos da etapa de planejamento (TR - 1009392 e Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação (1001977)), pela autorização da despesa, assim como pela adjudicação do objeto da Dispensa Eletrônica à empresa JB LICITAÇÕES LTADA, proponente do menor valor para o **item 2**, e homologação do certame (1023292).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação e deliberação.

Conforme consta do Termo de Referência, há necessidade da aquisição pretendida, tendo em vista a continuidade da prestação de assistência aos servidores em serviço, sempre que se fizer necessário, conforme determina a Resolução nº 03, de 31 de março de 2015.

De fato, a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor de **R\$ 19.440,00** (dezenove mil quatrocentos e quarenta reais) está dentro do limite legal permitido, consoante art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Considerando o comando expresso prescrito no § 3º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis:

Seção III

Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ ~~(Vigência)~~ ~~(Vide Decreto nº 11.317, de 2022)~~ Vigência

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifei)

Nos termos trazidos, podemos citar a redação trazida pela Instrução Normativa n. 67/2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME:

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; (grifei).

Pela leitura do dispositivo normativo acima citado, percebe-se que, o sistema de **dispensa eletrônica** é aplicado, dentre outros, para os casos de dispensa de licitação que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, atualmente balizados respectivamente em R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores e R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para os demais serviços e compras.

Desse modo, a dispensa de licitação eletrônica é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes ou relevantes, o que constitui a maioria expressiva dos casos de dispensa de licitação, de forma que a não utilização da dispensa de licitação eletrônica passa a ser a exceção, que tem lugar em casos específicos, como os que envolvem emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações de dispensa.

O procedimento da dispensa de licitação eletrônica segue o fluxo estabelecido no artigo 72 da Lei n. 14.133/2021 para as contratações diretas, com a particularidade de realizar-se em ambiente eletrônico, acrescido de exigências relevantes no tocante à seleção do futuro contratado, uma espécie de modalidade simplificada de licitação e mais célere que contempla o princípio da isonomia.

Feitos os devidos registros normativos, no caso sob análise, constata-se que considerando o valor da aquisição envolvida (**R\$ 19.440,0**) poder-se-ia aplicar à dispensa o regime eletrônico previsto no §3º do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, procedimento normatizado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME, o que de fato foi aplicado para operacionalizar a presente contratação.

Do caderno processual, extrai-se que o agente de contratação trouxe aos autos relatório de propostas (1020626) e, ao final, juntou o Relatório nº 38/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1020629), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o Agente de Contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica não havendo relato de qualquer intercorrência a impactar a conclusão dos trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, mediante aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta, definiu-se o ofertante do menor preço para o item 2 ((**Poltrona Massageadora**)), a empresa JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72, sendo aceita a proposta no valor total de R\$ 9.687,99 (nove mil seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos) aceita pelo agente de contratação, restando fracassada para o item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**).

Conforme já relatado, verifica-se que mediante o Parecer Jurídico nº 126/2023 (1021425), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela **adjudicação** do resultado da Dispensa Eletrônica n. 25/2023 à empresa **JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72**, com preço final de R\$ 9.687,99 (nove mil seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos) cotante do menor preço para o **Item 02**, nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema (1020626), e via de consequência, pela **homologação da contratação direta pela autoridade competente**. Registrou, ainda, considerando o fracasso do certame para o item 1, que a unidade demandante avalie a adoção das medidas previstas no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 (0917187).

Analisando o procedimento propriamente dito, verifica-se que não houve pedido de esclarecimento ou qualquer ato dos proponentes acerca do objeto da contratação, não se registrando item deserto ou cancelado na fase da aceitação.

Observa-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas (1015830).

Desse modo, conclui-se que, apesar de fracassado para o item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**) o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Relatório ASLIC (1020629), não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, uma vez que foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso..

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, com fundamento no art. 71 da Lei 14.133/2021 c/c art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021](#):

1 - Aprovo o Termo de Referência nº 1/2023 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES (1009392), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 1001977, em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 - ADJUDICO o item 2 (Poltrona Massageadora) à empresa JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72, já que demonstradas nos autos condições para contratação com o setor público e autorizo a emissão de nota de empenho no valor de R\$ 9.687,99 (nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e nove centavos) em favor da empresa **JB LICITACOES LTDA - CNPJ: 48.489.837/0001-72, referente ao item 2 (Poltrona Massageadora)**.

4 - HOMOLOGO o certame com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e no art. 71, inciso IV da Lei n. 14.133/2021; e

5 - DETERMINO a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Efetuada a homologação da Dispensa no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntar o extrato de homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

À SAMES para se manifestar, relativo ao item 1item 1 (**Maca Poltrona Elétrica com 3 motores**) **fracassado, a adoção das medidas alternativas previstas** § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 (0917187).

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 14/07/2023, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1034479** e o código CRC **2391B820**.